



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/02/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMEÇAR DE NOVO.....	1 - 2
1.2. DESEMBARGADORES.....	3
1.3. SINDJUS.....	4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CARTÓRIOS.....	5 - 6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CARTÓRIOS.....	7
3.2. INFORMATIVO.....	8 - 9
3.3. INSTITUCIONAL.....	10
3.4. PRESIDENTE.....	11 - 13
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. COMEÇAR DE NOVO.....	14
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DESEMBARGADORES.....	15 - 16
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AVISO.....	17
6.2. CARTÓRIOS.....	18 - 19
6.3. COMARCAS.....	20
6.4. DESEMBARGADORES.....	21 - 26
6.5. INSTITUCIONAL.....	27 - 29
6.6. JULGAMENTOS.....	30
6.7. PRESIDENTE.....	31
6.8. SINDJUS.....	32 - 33

Avanço na profissionalização de detentos

O programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), segue avançando no esforço de reinserção social dos que pretendem, após acertar as contas com a Justiça, retomar a vida com trabalho e longe do crime. Trinta detentos e egressos do sistema carcerário do Maranhão iniciaram curso de capacitação profissional em Mecânica de Motocicletas. É o resultado de parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Defensoria Pública, Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

O curso, previsto para ter 160 horas, começou na quarta-feira (25/1) e é ministrado, gratuitamente, pelo SENAI, que forneceu instrutores e todo o material didático. As aulas acontecem no Sítio Piranhenga, localizado no Parque Pindorama, na oficina de motos do Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão (Ceromar), em São Luís. Esta instituição sem fins lucrativos é conveniada à 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas (VEP) do Estado.

O programa Começar de Novo foi criado pelo CNJ em outubro de 2009. Ele é executado, de forma descentralizada, pelos tribunais de Justiça e tem entre os parceiros órgãos públicos, empresas privadas e entidades da sociedade civil.

Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário fará audiência nesta segunda

Acontece nesta segunda-feira (6), às 16h, a Audiência Pública do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão. O evento será realizado no auditório da OAB/MA e contará com a participação de representantes da Comissão de Direitos Humanos da Seccional maranhense e do coordenador-geral do Mutirão Carcerário, desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho.

O Grupo de Monitoramento

do Sistema Carcerário do Maranhão faz parte do Programa "Começar de Novo", idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e implantado em São Luís pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJMA).

A audiência de segunda-feira, também contará com a presença de representantes dos Executivos estadual e municipal, Ministério Público, Poder Judiciário e da sociedade civil organizada.

Ministra Eliana Calmon elogia livro de Lourival Serejo

“Comentários ao código de ética da magistratura nacional”, livro do desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, mereceu elogios da corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon. “O trabalho é importante pelo conteúdo e por ser inédito”, escreve a corregedora, de próprio punho, em correspondên-

cia ao desembargador, a quem parabeniza pelo valor da obra. O autor está sensibilizado com a atenção.

A ética no judiciário contextualiza o livro de Lourival Serejo. Na prática, está ali reunido parte significativa do que observou e aprendeu como coordenador e também diretor de cursos de formação de magistrados na

Escola Superior da Magistratura do Estado (Es-mam). O livro foi lançado nacionalmente com selo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

As exigências quanto à conduta do juiz atual, e a preocupação de Serejo em atualizar os novos magistrados sobre temas discutidos pela sociedade, são bons argumentos

que o escritor indica para justificar “Comentários ao código de ética da magistratura nacional”.

“A importância que a função judicial adquiriu com o ativismo e a judicialização dos problemas sociais e políticos passou a requerer magistrados mais devotados à função. Sem ética, esse devotamento não pode prosperar”, pensa Serejo.

Diretores do TJMA discutem interesses dos servidores com o Sindjus



► Diretores do Tribunal conversam com sindicalistas

A diretora geral do Tribunal de Justiça, Sumaya Heluy, e o diretor de Recursos Humanos, Daniel Gedeon, reuniram-se nesta sexta-feira (3) com o presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus), Aníbal Lins, e outros representantes da categoria para dar continuidade à discussão sobre a pauta de reivindicações da entidade.

A respeito do reajuste para reposição das perdas inflacionárias em favor dos servidores, Daniel Gedeon informou que o TJ aguarda o fechamento do índice no mês de fevereiro, para que projeto nesse sentido seja elaborado e encaminhado pelo presidente do TJ, desembargador Antonio Guerreiro Junior.

Os sindicalistas apresentaram uma série de propostas de alterações à Resolução nº 59/11, que implantou a Gratificação por Atividade Judiciária (GAJ), como a extensão a todos os servidores, inclusive oficiais de justiça; redução da carga horária para sete horas ininterruptas; manutenção da gratificação nos casos de afastamentos legais,

dentre outras.

A diretora geral, Sumaya Heluy, manifestou-se simpática às demandas do Sindjus, informando que elas dependem da contrapartida a ser apresentada ao Tribunal. O Sindjus comprometeu-se em entregar, na próxima semana, um modelo de resolução contemplando as mudanças propostas, para análise da Diretoria e Presidência do TJ.

Sobre a prorrogação do prazo de validade do concurso para oficiais de justiça, realizado em 2009, e do preenchimento de vagas existentes na comarca de São Luís, os diretores comprometeram-se em discutir o tema com o presidente do TJ, para que seja definido um posicionamento oficial.

Os sindicalistas informaram, na oportunidade, que irão reunir-se também com a Diretoria Financeira do TJ, quando será verificado o impacto orçamentário e a possibilidade de reajuste nos auxílios concedidos aos servidores (saúde, alimentação), para apresentação de propostas em nova reunião.

CCJ e IBGE trabalharão para melhorar a obtenção de dados populacionais



Com o objetivo de melhorar a obtenção de dados populacionais, principalmente no que se refere aos registros civis - nascimento e óbito -, a Corregedoria Geral da Justiça e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalharão conjuntamente em sistemas e metodologias que facilitem esse trabalho. A ideia é conseguir mapear esses dados de forma que as estimativas populacionais sejam as mais reais possíveis. **PÁGINA 3**

CCJ e IBGE trabalharão para melhorar a obtenção de dados populacionais



Corregedor-geral Cleones Cunha lê documentos

Com o objetivo de melhorar a obtenção de dados populacionais, principalmente no que se refere aos registros civis - nascimento e óbito -, a Corregedoria Geral da Justiça e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalharão conjuntamente em sistemas e metodologias que facilitem esse trabalho. A ideia é conseguir mapear esses dados de forma que as estimativas populacionais sejam as mais reais possíveis.

Uma das formas de obtenção de dados pelo IBGE é o fornecimento das informações de registros civis por parte das Serventias Extrajudiciais. Nesse ponto, algu-

mas dificuldades são encontradas. "Temos, ainda, um atraso muito grande no envio dessas informações e precisamos contar com a Corregedoria para que as Serventias cumpram com os prazos. Quando há uma cobrança maior da CGJ, normalmente, somos bastante procurados para receber essas informações", comentou o chefe da Unidade do IBGE no Maranhão, Marcelo Melo.

"A Corregedoria Geral da Justiça está aqui para ajudá-los nesse processo. Cobraremos o cumprimento desses prazos e, sempre que ocorrer atrasos, o IBGE pode nos oficiar que nós notificaremos as Serventias

que não passarem os dados", comprometeu-se o corregedor-geral, Cleones Cunha, ressaltando o importante papel da juíza auxiliar da CGJ Alice Prazeres, que estará trabalhando com as Serventias Extrajudiciais.

Presentes na reunião, Vito Alencar, supervisor de Pesquisas do IBGE, e José Reinaldo Barros, tecnologista de Informações e Estatística do IBGE, também falaram sobre alguns processos que podem ser melhorados para as informações serem melhor aproveitadas. É o caso do Regesta - sistema do TJMA, para registros civis. "Gostaríamos de ter acesso ao sistema para que

tenhamos mais fidelidade nos dados e mais agilidade", comentou Vito Alencar.

A juíza Teresa Cristina Mendes, que está auxiliando os trabalhos na CGJ, revelou que a ideia é importante, mas ainda não pode ser posta em prática. "O Regesta é isolado em cada Serventia que o usa. Ainda não temos um banco de dados unificado, com as informações de todas as Serventias. Isso está sendo melhorado, já que o sistema está sendo incrementado pela equipe de Desenvolvimento do TJ. Teremos melhorias, inclusive, no Regesta Web".

Neste ponto, ficou acertado que o IBGE poderá fazer parte do comitê que está discutindo as melhorias do Regesta Web. "A Corregedoria é nossa maior parceira na obtenção de dados. Poderíamos avançar em unificar metodologias e facilitar o trabalho dos dois órgãos. Caso haja divergência de metodologias, podemos ver a possibilidade de adequá-las. O IBGE é sempre aberto a sugestões e a melhorias", sugeriu Marcelo Melo. O chefe do IBGE no Maranhão frisou, ainda, que poderá disponibilizar um universo de dados e informações que podem ajudar nos projetos da Corregedoria.

O corregedor-geral, Cleones Cunha, recebeu, como cortesia dos representantes do IBGE, calendários, mapas e dados importantes do Censo 2010 no Maranhão.

Corregedoria e IBGE atuarão em parceria

Instituto e Corregedoria de Justiça atuarão em sistemas para melhorar obtenção de dados populacionais

Para melhorar a obtenção de dados populacionais, principalmente no que se refere aos registros civis – nascimento e óbito –, a Corregedoria Geral da Justiça e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalharão conjuntamente em sistemas e metodologias que facilitem esse trabalho. A ideia é conseguir mapear esses dados de forma que as estimativas sejam as mais reais possíveis.

Uma das formas de obtenção de dados pelo IBGE é o fornecimento das informações de registros civis por parte das Serventias Extrajudiciais. Nesse ponto, algumas dificuldades são encontradas. “Temos ainda um atraso muito grande no envio dessas informações e precisamos contar com a Corregedoria para que as Serventias cumpram com os prazos. Quando há uma cobrança maior da CGJ, normalmente, somos bas-

tante procurados para receber essas informações”, comentou o chefe da Unidade do IBGE no Maranhão, Marcelo Melo.

“A Corregedoria Geral da Justiça está aqui para ajudá-los nesse processo. Cobraremos o cumprimento desses prazos e, sempre que ocorrer atrasos, o IBGE pode nos oficiar, que notificaremos as Serventias que não passarem os dados”, comprometeu-se o corregedor-geral, Cleones Cunha, ressaltando o importante papel da juíza auxiliar da CGJ, Alice Prazeres, que estará trabalhando com as Serventias Extrajudiciais.

Presentes na reunião, Vito Alencar, supervisor de Pesquisas do IBGE, e José Reinaldo Barros, tecnologista de Informações e Estatística do IBGE, também falaram sobre alguns processos que podem ser melhorados para as informações serem melhor aproveitadas. E o caso do Regesta – sistema do TJ-

MA para registros civis. “Gostaríamos de ter acesso ao sistema para adquirirmos mais fidelidade nos dados e agilidade”, comentou Vito Alencar.

A juíza Teresa Cristina Mendes, que está auxiliando os trabalhos na CGJ, disse que a ideia é importante, mas ainda não pode ser posta em prática.

“Ainda não temos um banco de dados unificado, com as informações de todas as Serventias. Isso está sendo melhorado, já que o sistema está sendo incrementado pela equipe de Desenvolvimento do Tribunal de Justiça”, explicou.



Cleones Cunha olha mapa apresentado pelos representantes do IBGE

Biaman Prado



Luis Fernando entrega MP do Código de Licitação a Arnaldo Melo

Governo entrega MP que cria Código de Licitação à Assembleia

Código maranhense baseará discussão sobre norma federal, disse o presidente do TCU, Benjamin Zymler. **Política 3**

Governo entrega MP do novo Código de Licitação à Assembleia

Benjamin Zymler, presidente do TCU, diz que o código maranhense servirá de base para a criação de um código de licitação federal

O Governo do Estado encaminhou ontem à Assembleia Legislativa a Medida Provisória que prevê a criação do novo Código de Licitação e contratos do Maranhão. A entrega da MP ocorreu no Palácio dos Leões e foi feita pelo secretário-chefe da Casa Civil, Luis Fernando Silva, ao presidente da Assembleia, Arnaldo Melo (PMDB), com a presença do ministro presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler, que garantiu que o código maranhense servirá de base para discussão de criação de um código de licitação federal.

Os três poderes do Maranhão estão com novas regras para realização de licitação e contratação de empresas para prestação de serviço. Pela MP, o processo de licitação do estado está adaptado à Lei Federal de Licitação e Contratos n.º 8.666/93.

Segundo explicou o presidente da Central Permanente de Licitação do governo, Francisco Baptista, três mudanças são as mais significativas. A primeira é o fim da contratação da empresa pelo menor preço. A partir do novo código, fica estabelecido que a melhor oferta será o critério a ser usado.

Segundo aspecto que sofreu modificações foi a regulação dos sistemas auxiliares da licitação. Isso significa que o Sistema de Registros de Preços, o Credenciamento e a Pré-qualificação da empresa, que são amplamente utilizados, pas-

sam a ter uma regulamentação. E o terceiro ponto é a transparência na participação das empresas interessadas em participar dos processos licitatórios do estado.

A elaboração desse novo código foi possível pela ação conjunta da administração estadual com o TCU. "O código é resultado de uma ampla discussão entre todos os poderes estaduais com apoio do TCU", explicou Luis Fernando Silva.

O presidente da Assembleia, que fez questão de ir ao Palácio dos Leões receber a proposta, destacou que o novo Código de Licitações irá facilitar a contratação transparente de serviços pagos pelo dinheiro público, assim como vai facilitar para os deputados exercerem o seu papel de fiscalizador da aplicação do dinheiro público.

"Uma de nossas funções é fiscalizar a aplicação da verba pública e é por isso que precisamos de mecanismos de controle como o que está sendo apresentado pelo governo", declarou Melo.

Referência - De acordo com o presidente do TCU, Benjamin Zymler, a proposta do Governo do Estado incluiu ainda jurisprudências do tribunal recentes. "É um código atual que incorporou, inclusive, as jurisprudências do TCU. Uma cópia será levada para que seja usada como base para a discussão de criação de um código



Biaman Prado

Luis Fernando Silva entrega a Arnaldo Melo a MP da Licitação

Mais

O **secretário-chefe** da Casa Civil, Luis Fernando Silva, disse ao presidente do TCU, Benjamin Zymler, que essa é a segunda vez que a administração de Roseana Sarney inova na área de processo de licitação e contratação de serviços.

Luis Fernando lembrou que há quase 16 anos a governadora decidiu criar uma central de licitação que tinha o apoio de setor de licitações em algumas secretarias.

go federal de licitação", afirmou o ministro.

O ministro avaliou ainda que o processo de licitação do Maranhão, de acordo com o novo código, garantirá celeridade e uma forma de controle do dinheiro público que será aplicado. Zymler disse ainda que para a efetiva aplicação das novas regras, será neces-

sária a capacitação dos gestores e servidores. "Essa é uma lei que depende da qualificação dos gestores", disse.

Sobre a capacitação dos servidores, Francisco Baptista informou ao ministro que a partir da próxima segunda-feira os funcionários do Estado que irão trabalhar com o novo código de licitações.

Desafio

Os corregedores de Justiça receberam como um desafio a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de confirmar o poder do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de investigar juízes à revelia das corregedorias.

Estão agora obrigados a mostrar que as corregedorias não são corporativas nem inúteis.

Os juízes que não andarem nos trilhos que se cuidem.

O VICE-GOVERNADOR de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, o presidente do TJSP, desembargador Ivan Sartori, e o consultor Saulo Rodrigues debatem na segunda-feira 6, na capital paulista, o projeto de Parceria Público-Privada (PPP) no Judiciário e também no Executivo paulista.

NO ASSUNTO: o encontro acontece após entendimento do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, com o presidente do TJSP, em Teresina, na semana passada, durante reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do País.

Estado Maior

Guerreiro Jr. vê PPP ganhar viabilidade

O presidente do Judiciário, desembargador Guerreiro Jr., começa a ver os frutos da sua ousada proposta de PPP. O projeto empolgou o presidente do TJ de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, que vai discuti-lo com o vice-governador paulista Guilherme Affif. **Política 3**

Estado maior

Largada da PPP nos TJs

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Antonio Guerreiro Jr. começa a colher os frutos do seu ousado e modernizador projeto de Parceria Público Privada (PPP), que defendeu no seu discurso de posse e em recente reunião do Colégio permanente de Presidentes de TJ, realizada em Teresina e que foi recebida com entusiasmo por seus colegas, notadamente o chefe do Judiciário de São Paulo, desembargador Ivan Sartori.

Ontem, Guerreiro Jr. foi informado que na segunda-feira o vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif, e o presidente do TJ paulista, desembargador Ivan Sartori, debaterão, com consultores, a viabilidade de PPP Judiciário e também no Executivo daquele estado.

Primeiro magistrado no país a consultar o CNJ quanto à possibilidade da PPP para obras e serviços no Judiciário, Guerreiro Jr. conseguiu a adesão imediata de Sartori à proposta. "Sou totalmente favorável à PPP e a vejo como única saída para o Tribunal de Justiça de São Paulo quitar débitos", disse o presidente do TJSP em Teresina.

O presidente do TJMA diz que a presença do Judiciário e do Executivo paulista na luta pela PPP fortalece o movimento pela emancipação financeira dos TJs.

"Não há como o Judiciário atender às demandas da sociedade contando apenas com as transferências orçamentárias. A dívida de R\$ 3 bilhões do TJSP é um bom exemplo disso", observa Guerreiro Jr.

"Não conseguimos acompanhar de perto nenhuma das demandas que nos chegam", admitiu Sartori, relacionando a PPP como o melhor caminho para o Judiciário.

De fato, Executivo e Legislativo estão livres para utilizarem a Parceria Público-Privada em quaisquer áreas de investimento. A restrição para uso da PPP só atinge o Judiciário.

"Não vejo problema algum na indicação do CNJ como gestor da PPP no Judiciário", admite Guerreiro Jr.

Carcerário

** Acontece nesta segunda-feira, dia seis, Audiência Pública do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão.*

** O evento será realizado no auditório da OAB/MA e contará com a participação de representantes da Comissão de Direitos Humanos da Seccional maranhense e do coordenador-geral do Mutirão Carcerário, desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho.*

** O Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão faz parte do Programa "Começar de Novo", idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e implantado em São Luís pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJMA).*

■ ELIANA CALMON

Ministra elogia obra de Serejo

Comentários ao código de ética da magistratura nacional, livro do desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, mereceu elogios da corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon. "O trabalho é importante pelo conteúdo e por ser inédito", escreve a corregedora, de próprio punho, em correspondência ao desembar-

gador, a quem parabeniza pelo valor da obra. O autor está sensibilizado com a atenção.

A ética no judiciário contextualiza o livro de Lourival Serejo. Na prática, está ali reunido parte significativa do que observou e aprendeu como coordenador e também diretor de cursos de formação de magistrados na Escola Superior da

Magistratura do Estado (Esmam). O livro foi lançado nacionalmente com selo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

As exigências quanto à conduta do juiz atual, e a preocupação de Serejo em atualizar os novos magistrados sobre temas discutidos pela sociedade, são bons argumentos que

o escritor indica para justificar "Comentários ao código de ética da magistratura nacional".

"A importância que a função judicial adquiriu com o ativismo e a judicialização dos problemas sociais e políticos passou a requerer magistrados mais devotados à função. Sem ética, esse devotamento não pode prosperar", pensa Serejo.

O desembargador Lourival Serejo é vaidade só: seu livro *Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional* mereceu elogios da corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon.

Em carta endereçada a Serejo, diz a ministra: "O trabalho é importante pelo conteúdo e por ser inédito", além de tecer elogios à sua disposição de abordar tema tão necessário à magistratura brasileira neste momento.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
☐ Rua Professor Carlos Cunha, S/N - Calhau
CEP: 65 020-440 São Luís - MA
☎ (098) 2106-9657

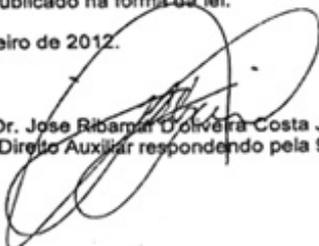
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 3379-83.2006.8.10.0001
Denominação : Condenatória
Parte(s) Requerente(s) :CENTRO DA CONSTRUCAO LTDA -
MARCOPOL
Parte(s) Requerida (s) :GEOBRA EMPREENDIMENTOS E
CONSTRUÇÕES LTDA

Citando(a) (s): GEOBRA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA,
com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da pessoa jurídica acima nomeada, para querendo, ofertar resposta aos termos da inicial da demanda supra caracterizada, no prazo de quinze dias, que terá início findo o lapso temporal de trinta dias indicado neste, sob as cominações da revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 11 de Janeiro de 2012.


Dr. Jose Ribamar Oliveira Costa Junior
Juiz de Direito Auxiliar respondendo pela 9ª Vara Cível

Corregedoria e IBGE vão trabalhar para melhoria de dados populacionais

Com o objetivo de melhorar a obtenção de dados populacionais, principalmente no que se refere aos registros civis – nascimento e óbito –, a Corregedoria Geral da Justiça e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalharão conjuntamente em sistemas e metodologias que facilitem esse trabalho. A ideia é conseguir mapear esses dados de forma que as estimativas populacionais sejam as mais reais possíveis. PÁGINA 13

Corregedoria e IBGE vão trabalhar para melhorar a obtenção de dados populacionais

Representantes do instituto reuniram-se com o desembargador Cleones Cunha e juízas auxiliares da CGJ

DIVULGAÇÃO

Com o objetivo de melhorar a obtenção de dados populacionais, principalmente no que se refere aos registros civis – nascimento e óbito –, a Corregedoria Geral da Justiça e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalharão conjuntamente em sistemas e metodologias que facilitem esse trabalho. A ideia é conseguir mapear esses dados de forma que as estimativas populacionais sejam as mais reais possíveis.

Uma das formas de obtenção de dados pelo IBGE é o fornecimento das informações de registros civis por parte das Serventias Extrajudiciais. Nesse ponto, algumas dificuldades são encontradas. “Temos, ainda, um atraso muito grande no envio dessas informações e precisamos contar com a Corregedoria para que as Serventias cumpram com os prazos. Quando há uma cobrança maior da CGJ, normalmente, somos bastante procurados para receber essas informações”, comentou o chefe da Unidade do IBGE no Maranhão, Marcelo Melo.

“A Corregedoria Geral da Justiça está aqui para ajudá-los nesse processo. Cobraremos o cumprimento desses prazos e, sempre que ocorrer atrasos, o IBGE pode nos oficiar que nós notificaremos as Serventias que não passarem os dados”, comprometeu-se o corregedor-geral, Cleones Cunha, ressaltando o importante papel da juíza auxiliar da CGJ Alice Prazeres, que estará trabalhando com as Serventias Extrajudiciais.

Presentes na reunião, Vito Alencar, supervisor de Pesquisas do IBGE, e José Reinaldo Barros, tecnologista de Informações



Des. Cleones Cunha olha mapa do Maranhão apresentado pelos representantes do IBGE

e Estatística do IBGE, também falaram sobre alguns processos que podem ser melhorados para as informações serem melhor aproveitadas. É o caso do Regesta – sistema do TJMA, para registros civis. “Gostaríamos de ter acesso ao sistema para que tenhamos mais fidelidade nos dados e mais agilidade”, comentou Vito Alencar.

A juíza Teresa Cristina Mendes, que está auxiliando os trabalhos na CGJ, revelou que a ideia é importante, mas ainda não pode ser posta em prática. “O Regesta é isolado em cada

Serventia que o usa. Ainda não temos um banco de dados unificado, com as informações de todas as Serventias. Isso está sendo melhorado, já que o sistema está sendo incrementado pela equipe de Desenvolvimento do TJ. Teremos melhorias, inclusive, no Regesta Web”.

Neste ponto, ficou acertado que o IBGE poderá fazer parte do comitê que está discutindo as melhorias do Regesta Web. “A Corregedoria é nossa maior parceira na obtenção de dados. Poderíamos avançar em unificar metodologias e facilitar o traba-

lho dos dois órgãos. Caso haja divergência de metodologias, podemos ver a possibilidade de adequá-las. O IBGE é sempre aberto a sugestões e a melhorias”, sugeriu Marcelo Melo. O chefe do IBGE no Maranhão frisou, ainda, que poderá disponibilizar um universo de dados e informações que podem ajudar nos projetos da Corregedoria.

O corregedor-geral, Cleones Cunha, recebeu, como cortesia dos representantes do IBGE, calendários, mapas e dados importantes do Censo 2010 no Maranhão.

Por mais segurança na Ilha

A juíza titular da 1ª vara de Paço do Lumiar, Jacqueline Reis Caracas, expediu liminar obrigando o Estado do Maranhão a reforçar a segurança no município, com várias medidas. Entre elas, disponibilizar para as delegacias de Paço do Lumiar e Maiobão, viaturas em bom estado de funcionamento, uma motocicleta e armamento adequado.

Na ação civil pública, o Ministério Público afirmou que o município possui um efetivo de apenas seis policiais militares, sendo que dois ficam no Conselho Comunitário, dois circulam em motos no Pau Deitado, e dois ficam destacados na viatura. Já as delegacias, de Paço e do Maiobão, funcionam de forma precária, com poucos policiais e viaturas, insuficientes para atender às necessidades da população.

Ainda segundo o MP, diversas audiências públicas já foram realizadas sobre o assunto, mas que nenhuma providência prometida foi cumprida até hoje. Durante a realização do Pauta Zero em Paço, ao verificar esse processo, a juíza solicitou a expedição de ofícios às delegacias de Paço e do Maiobão, para informarem sobre a quantidade e a qualidade dos veículos, bem como a existência de plantão na delegacia do Maiobão. O comandante da PM também foi oficiado para informar sobre a quantidade de policiais militares lotados na comarca.

O delegado de Paço respondeu que a unidade conta com duas viaturas caracterizadas, em perfeito estado de uso e conservação. O delegado do Maiobão não respondeu. Já o comandante do 6º Batalhão da PM, que cobre Raposa, Ribamar e alguns bairros de São Luis, informou que o efetivo é de 16 homens lotados no 4º Pelotão, embora a previsão fosse de 43 policiais.

Prestígio



O secretário de Saúde do Município, Gutemberg Araújo, prestigiou a solenidade de posse do Novo Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren), realizada na noite de quinta-feira no Hotel Luzeiros. Na foto ele aparece com o desembargador Jorge Rachid, a secretária de Gestão de Pessoas do TRE-MA, Samira Murad, a presidente do Coren, Célia Rezende, e o juiz Roberto Veloso, presidente da Associação de Juízes Federais da 1ª Região.

“O trabalho é importante pelo conteúdo e por ser inédito”, escreveu a corregedora do CNJ, Eliana Calmon, de próprio punho, em correspondência ao desembargador Lourival Se-rejo, a quem parabeniza pelo valor da obra “Comentários ao código de ética da magistratura nacional”

MAIS UM ESCÂNDALO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

JUIZ VÊ 'INDÍCIOS' DE QUE EMPREGADA FOI USADA COMO 'LARANJA' DE DEPUTADO

O juiz Gervásio Protásio dos Santos Júnior, titular da 6ª Vara Cível de São Luís, relatou, em despacho de sentença num processo, que há "fortes indícios" de que a empregada doméstica Marly Silva Rodrigues foi usada, em 2007, como "laranja" pelo deputado estadual Carlos Filho (PV) e um então assessor deste, Tales Silva Cruz Filho, falecido num acidente de moto em maio de 2009. Marly foi nomeada no gabinete do deputado sem saber, e a partir daí seu nome foi usado para a solicitação de empréstimos no Banco do Brasil, no valor de R\$ 37 mil, e até em pedido de restituição de Imposto de Renda.

PÁGINA 5



O juiz Gervásio Júnior revelou caso em seu Twitter; Carlos Filho negou participação nas fraudes

Juiz vê 'indícios' de que o deputado Carlos Filho usou 'laranja' em fraude

Uma empregada doméstica foi nomeada no gabinete do parlamentar sem saber, e a partir daí seu nome foi usado para a solicitação de empréstimos no Banco do Brasil e até em pedido de restituição de Imposto de Renda

POR OSWALDO VIVIANI

O juiz Gervásio Protásio dos Santos Júnior, titular da 6ª Vara Cível de São Luís e ex-presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), relatou, em despacho de sentença num processo, que há "fortes indícios" de que a empregada doméstica Marly Silva Rodrigues foi usada, em 2007, como "laranja" pelo deputado estadual Carlos Filho (PV) e um então assessor deste, Tales Silva Cruz Filho, falecido num acidente de moto em maio de 2009. Marly foi nomeada no gabinete do deputado sem saber, e a partir daí seu nome foi usado para a solicitação de empréstimos no Banco do Brasil, no valor de R\$ 37 mil, e até em pedido de restituição de Imposto de Renda. A doméstica entrou na Justiça contra o BB, após ser surpreendida com a inclusão de seu nome na Centralização dos Serviços Bancários S/A (Serasa).

"Há fortes indícios que a autora [Marly Silva Rodrigues] foi utilizada como 'laranja', chegando os mentores dessa farsa, além de providenciar a 'declaração' da Assembleia Legislativa e movimentar a sua conta corrente, contraindo empréstimos, a fraudar a própria Receita Federal, ao entregar a declaração do Imposto de Renda em seu nome, como atesta o recibo respectivo, relativo ao ano base de 2007", escreve Gervásio Protásio na senten-

ça referente ao processo nº 0026934-27.2009.8.10.0001, no qual o Banco do Brasil figura como réu.

Segue o despacho: "(...) força é reconhecer que os 'fraudadores' não teriam tido êxito, pelo menos no tocante à movimentação financeira e na contratação de empréstimos em nome da autora se o réu [Banco do Brasil] não tivesse falhado na prestação do serviço".

"(...) É fato público e notório (CPC, art.334, I) que o cartão magnético quando não enviado para o endereço do correntista somente poderá ser entregue pessoalmente e nunca a terceiros. Sucede que foi justamente esta regra que o réu não observou, pois, mediante a apresentação de uma 'autorização', cuja assinatura não está reconhecida e nem tampouco a autora reconhece como sua, o cartão foi entregue a Tales Silva Cruz Filho, assessor do deputado Carlos Filho".

Ao concluir o despacho, datado de 27 de janeiro passado, o juiz Gervásio Protásio determina a retirada do nome de Marly do cadastro negativo da Serasa, a extinção do débito de R\$ 37 mil, além de condenar o Banco do Brasil ao pagamento de R\$10 mil de indenização à autora.

Por considerar que "as provas carreadas aos autos apontam a existência de indícios da prática de delito contra a administração pública estadual e federal, envolvendo o deputado Carlos Antônio Muniz Filho e

o senhor Tales Silva Cruz Filho", o juiz Gervásio Protásio também mandou que cópias do processo fossem encaminhadas às seguintes autoridades maranhenses: o chefe da Procuradoria da República, o superintendente da Polícia Federal, o delegado da Receita Federal, a procuradora-geral de Justiça e o presidente da Assembleia Legislativa do estado.

Outro lado – Em nota enviada a um blog, o deputado Carlos Filho culpou o assessor falecido pelas fraudes registradas no processo despachado pelo juiz Gervásio Protásio.

Veja a íntegra da nota: "É de conhecimento de muitos que desde o meu primeiro mandato até o mês de maio de 2009, tinha como meu assessor um amigo de nome Tales Silva Cruz Filho.

A minha confiança no amigo Tales era tal que ele administrava o pagamento de todas as pessoas que trabalhavam para mim, contas bancárias, cartão de crédito, a rotina do gabinete, veículos, imóveis etc.

Após o falecimento do Tales, que ocorreu em maio de 2009, é que surgiram problemas, dentre eles, alguns casos de nomeações, tal como noticiado.

Ao tomar conhecimento desse fato e de outros atos praticados pelo Tales que continham irregularidades, inclusive referentes a assuntos particulares e pessoais, adotei as providências necessárias junto à Assembleia Legislativa

e, no caso de assuntos privados, junto a instituições financeiras, cartórios etc., a fim de saldar dívidas contraídas em meu nome.

É certo, portanto, que não participei e nem obtive benefício decorrente do ato que tenha eventualmente lesado outrem, sobretudo nesses casos de nomeação irregular.

De qualquer forma, fico à inteira disposição da imprensa e órgão públicos para apresentar os esclarecimentos necessários."

Segundo escândalo – Este é o segundo escândalo que atinge integrantes da Assembleia Legislativa do Maranhão em pouco mais de dois meses.



Gervásio Santos Jr gervasiojr

2 h

O banco ainda permitiu a contratação de empréstimo em nome da autora, que só descobriu tudo quando notificada.



Gervásio Santos Jr gervasiojr

2 h

Empregada doméstica, descobriu que tinha conta como funcionária da Assembléia Legislativa e havia apresentado declaração de imposto de renda



Gervásio Santos Jr gervasiojr

2 h

Ontem, durante a instrução de uma ação de indenização, apareceram indícios de q o nome da autora foi utilizado como laranja por um deputado

Juiz revelou caso em seu Twitter, sem citar nomes

No início de dezembro do ano passado, o deputado Stênio Rezende (PMDB) foi acusado de ter recebido R\$ 1,5 milhão do Sinduscon (sindicato dos empreiteiros) para dividir com outros 30 parlamentares, em troca da aprovação de uma lei (nº 9370, de 13 de maio de 2011) que permitiria a derrubada de babaçuais na área urbana de São Luís. A

lei foi aprovada e uma CPI chegou a ser ventilada para apurar o caso, mas a AL voltou atrás na aprovação da lei (revogada em 28 de dezembro de 2011) e a investigação foi esquecida, após terminar em pizza na Corregedoria da AL. O Ministério Público Estadual ainda apura o caso. Rezende e o Sinduscon sempre negaram as acusações.

O **Jornal Pequeno** apurou que a utilização de "laranjas" – geralmente pessoas humildes –, que são nomeados nos gabinetes de deputados do Maranhão para posteriormente servirem para atos fraudulentos que beneficiam os parlamentares, vem sendo objeto de investigação da Polícia Federal há pelo menos dois anos.

Advogado: FABIO CESAR TEIXEIRA MELO	Diário: DJMA Edição: 22	Página: 168 a 168
Órgão: JUSTIÇA ESTADUAL DA CAPITAL	Processo: 0026934-27.2009.8.10.0001	Publicação: 31/01/2012
Vara: SEXTA VARA CÍVEL DO FÓRUM DES SARNEY COSTA	Cidade: SÃO LUIS	Divulgação: 30/01/2012

Varas Cíveis JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL JUIZ DE DIREITO: DOUTOR DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM
PROMOTOR: JOSÉ LUCIOLO GORAYEB DOS SANTOS SECRETÁRIA: SILVANA MARIA SANTIAGO MARTINS ÁLVARES
MENDES

Processo nº 0026934-27.2009.8.10.0001 Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Autor: MARLY SILVA RODRIGUES Advogados: ARISTIDES LIMA FONTENELE (OAB 7750) e FABIO CESAR TEIXEIRA MELO (OAB 8018) Réus: BANCO DO BRASIL S/A Advogados: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030) e NAYRA MORAIS CORREA (OAB 10169) e SANDRO PISSINI ESPINDOLA (OAB 198040) Com efeito, há fortes indícios que a autora foi utilizada como "laranja", chegando os mentores dessa farsa, além de providenciar a "declaração" da Assembleia Legislativa e movimentar a sua conta corrente contraindo empréstimos, a fraudar a própria Receita Federal ao entregar a declaração do Imposto de Renda em seu nome, como atesta o recibo respectivo relativo ao ano base de 2007 (fs.96).Entretanto, força é reconhecer que os "fraudadores" não teriam tido êxito, pelo menos no tocante à movimentação financeira e na contratação de empréstimos em nome da autora se o réu não tivesse falhado na prestação do serviço.Ora, é fato público e notório (CPC, art.334, I) que o cartão magnético quando não enviado para o endereço do correntista somente poderá ser entregue pessoalmente e nunca a terceiros.Sucedo que, in casu sub examen, foi justamente esta regra que o réu não observou, pois, mediante a apresentação de uma "autorização" (fs.80), cuja assinatura não está reconhecida e nem tampouco a autora reconhece como sua (fs.121) o cartão foi entregue a Tales Silva Cruz Filho, assessor do Deputado Carlos Filho (segundo a autora).Impende girar que o próprio preposto do réu ao ser ouvido em Juízo não foi capaz de afirmar que a assinatura lançada no referido documento era da autora, bem como não soube justificar porque NÃO houve o cumprimento da determinação para que fosse apresentada a cópia do cartão de autógrafa (fs.95).Elucidativa, a propósito, a seguinte passagem do depoimento do preposto RAYMUNDO NONATTO DE MORAES JÚNIOR:() que o depoente indagado porque não trouxeram o cartão de autógrafa informou que não tem como responder; que o depoente informa que não tem como afirmar que a assinatura lançada no documento de fs.80 é da letra da autora; que o depoente não tem como informar se o cartão magnético para movimentação da conta da autora foi entregue a esta ou a uma terceira () (fs.113; destacamos).Ora, cumpria ao réu demonstrar que a assinatura lançada na "autorização" de fs.80 é "verdadeira", porém, não o fez, e pior, sequer juntou a cópia do cartão de autógrafa para permitir a comparação, embora, repita-se, tal providência foi expressamente determinada quando do saneamento do feito (fs.95), de sorte que é força concluir que, efetivamente, não houve autorização da autora para a entrega do seu cartão magnético para terceiro.Nesse passo, o réu ao deixar de adotar cuidados ordinários pondo em risco a segurança dos serviços contratados torna-se responsável, independentemente da existência de culpa, pelos prejuízos causados ao consumidor, ex-vi do caput do art.14 do CDC.Anota-se, por seu turno, que não estão configuradas as excludentes previstas no § 3º do art.14 do Código, eis que para que o fornecedor se exima da obrigação de indenizar, indispensável que a culpa seja exclusiva de terceiro ou da própria vítima, o que, a toda evidência, não é o caso de estirpe presente.Nesse contexto, não há dúvida de que o empréstimo contratado em nome da



Carlos Filho negou participação nas fraudes e culpou assessor falecido

Eliana Calmon diz que retomará investigações contra magistrados

A corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) Eliana Calmon afirmou ontem que retomará, de onde pararam, as investigações contra magistrados que foram suspensas pela liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello no final de 2011, esvaziando os

poderes da instituição. Calmon disse, no entanto, que isso só poderá acontecer quando o STF terminar de analisar a ação da Associação dos Magistrados Brasileiros contra a resolução 135 do CNJ, que definiu regras para sua atuação.

PÁGINA 3

Eliana Calmon diz que retomará investigações contra magistrados

A corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) Eliana Calmon afirmou ontem que retomará, de onde pararam, as investigações contra magistrados que foram suspensas pela liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello no final de 2011, esvaziando os poderes da instituição.

Emocionada, Calmon disse, no entanto, que isso só poderá acontecer quando o STF (Supremo Tribunal Federal) terminar de analisar a ação da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) contra a resolução 135 do CNJ, que definiu regras para sua atuação. "Até agora, tudo continua como antes", afirmou.

Apesar de já estar resolvido o principal ponto da ação, que tratava dos poderes de investigação do conselho, os ministros ainda precisam julgar outros artigos que também foram questionados.

O julgamento será retomado na próxima quarta-feira.

Calmon se disse "muito feliz" com o resultado de quinta-feira e afirmou que ficou "muito orgulhosa" com a sociedade brasileira, por ter se envolvido na crise que tomou conta do Poder Judiciário nos últimos meses. "A Justiça brasileira está engrandecida."

Calmon disse, com os olhos mareados, que não vinha dormindo direito, mas afirmou que não guarda mágoas de ninguém. "Me perguntaram ontem o que eu iria fazer agora. Eu disse: dormir, pois não durmo há três meses."

Questionada sobre sua relação com o presidente do STF e do CNJ, Cezar Peluso, ela afirmou que está "a melhor possível". "Esse mundo [jurídico] é meio esquisito. Realizamos debates fortes, às vezes com ofensas das mais apimentadas e, na hora do lanche, estamos conversando, rindo", brincou.

EDITORIAL

Todo poder ao CNJ

O Supremo Tribunal Federal decidiu ratificar a competência do Conselho Nacional de Justiça para investigar juízes, reclamar processos administrativos em cortes locais e chamar processos esquecidos nas corregedorias. Esquecer é um dos principais substratos do corporativismo em qualquer função pública. Além disso, o CNJ poderá atuar conjuntamente com as corregedorias estaduais quando se tratar de prevenção.

Nenhuma dúvida de que o crescente volume de denúncias contra magistrados no Brasil orientou essa decisão da corte suprema do país. Mostra que depois de tantos episódios que mancharam a dignidade do Poder Judiciário nem tudo está perdido. As corregedorias, pelo natural corporativismo, costumam solapar as investigações que lhes são atribuídas, até porque o corregedor de hoje, geralmente foi o acusado e/ou inocentado de ontem.

Entretanto, a inércia, a simulação de investigações, a procrastinação não são atributos exclusivos das corregedorias judiciárias. Esses fatos são também evidentes em outros colegiados, como Câmara Federal, Senado, Assembleias Legislativas, Ministério Público. No Maranhão, temos alguns exemplos recentes de decisões similares que mais serviram à proteção dos acusados que à essencialidade de qualquer investigação.

A Corregedoria da Assembleia Legislativa, por exemplo, concluiu em tempo recorde que não havia materialidade suficiente para que procedesse a devida investigação no escandaloso caso da lei dos babaçuais que teria sido aprovada a troca de propina para beneficiar empresários da construção civil. Em seguida, o próprio Ministério Público, servindo-se do argumento pífio de que a Assembleia não enviou informações, suspendeu todo e qualquer procedimento em torno da denúncia do deputado Carlos Alberto Milhomen. Coisas estranhas do estranho Ministério Público de Fátima Travassos.

O poder garantido pelo STF ao CNJ, de investigar magistrados em face de suas próprias prerrogativas, não se fundamenta em mero legalismo. Até novembro de 2011 existiam mais de 700 investigações abertas contra juízes nas corregedorias estaduais. Mas "até as pedras sabem" para usar a expressão de um do ministro Celso de Melo, que o corporativismo blindará esses togados de qualquer punição. Tem razão o CNJ. É um verdadeiro susto constatar a evolução patrimonial de certos juízes no país, as denúncias de superfaturamento em obras, vendas de liminares e de sentenças definitivas.

Outros exemplos do Maranhão que bem situam o desvirtuamento da função judicante são os famosos embargos de gaveta, o direcionamento na distribuição de processos, a morosidade intencional para proteger uma das partes, conforme aconteceu recentemente no rumoroso caso do processo de cassação da governadora Roseana Sarney. Sem sombras de dúvidas, o Supremo Tribunal Federal está certo: a Justiça brasileira precisa de muita correição.

■ CPI natimorta

O deputado Magno Bacelar (PV), presidente da CPI que apura o destino de três convênios, no valor de R\$ 73,5 milhões, firmados entre o Governo do Estado e a Prefeitura de São Luís, garante os trabalhos de investigação não serão suspensos e que vai reunir os membros da Comissão, semana que vem, para tomar uma posição.

A CPI está suspensa por decisão judicial, que a classificou de politqueira, por visar apenas atingir o prefeito João Castelo, deixando fora da investigação os demais municípios, mas o parlamentar garante que “jamais vai ficar natimorta”.

Bacelar, apesar de a Justiça ver conotação meramente política nesta CPI, mantém o discurso de que não existe finalidade ou conotação política. “Vamos à luta e queremos, de certa forma, agilidade do Poder Judiciário em permitir que a gente continue nosso trabalho”, declarou.

- **O vice-governador Guilherme Afif Domingos, o presidente do TJSP, desembargador Ivan Sartori, e o consultor Saulo Rodrigues debatem na segunda-feira (6), em São Paulo, o projeto de Parceria Público-Privada (PPP) no Judiciário e também no Executivo paulista. O encontro acontece após entendimento do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, com o presidente do TJSP, em Teresina, na semana passada, durante reunião do Colégio Permanente de Presidentes de TJ.**

**DIRETORES DO TJ DISCUTEM
OS PLEITOS DOS SERVIDORES
DA CASA COM O SINDJUS**

PÁGINA 3

Diretores do TJ discutem os pleitos dos servidores da Casa com o Sindjus

A diretora geral do Tribunal de Justiça, Sumaya Heluy, e o diretor de Recursos Humanos, Daniel Gedeon, reuniram-se ontem (3) com o presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus), Aníbal Lins, e outros representantes da categoria para dar continuidade à discussão sobre a pauta de reivindicações da entidade.

A respeito do reajuste para reposição das perdas inflacionárias em favor dos servidores, Daniel Gedeon informou que o TJ aguarda o fechamento do índice no mês de fevereiro, para que projeto nesse sentido seja elaborado e encaminhado pelo presidente do TJ,

desembargador Antonio Guerreiro Junior.

Os sindicalistas apresentaram uma série de propostas de alterações à Resolução nº 59/11, que implantou a Gratificação por Atividade Judiciária (GAJ), como a extensão a todos os servidores, inclusive oficiais de justiça; redução da carga horária para sete horas ininterruptas; manutenção da gratificação nos casos de afastamentos legais, dentre outras.

A diretora geral, Sumaya Heluy, manifestou-se simpática às demandas do Sindjus, informando que elas dependem da contrapartida a ser apresentada ao Tribunal. O Sindjus comprometeu-se em entregar, na próxima semana, um modelo de resolução contemplando as mudanças propostas, para análise da Diretoria e Presidência do TJ.

Sobre a prorrogação do prazo de validade do concurso para oficiais

de justiça, realizado em 2009, e do preenchimento de vagas existentes na comarca de São Luís, os diretores comprometeram-se em discutir o tema com o presidente do TJ, para que seja definido um posicionamento oficial.

Os sindicalistas informaram, na oportunidade, que irão reunir-se também com a Diretoria Financeira do TJ, quando será verificado o impacto orçamentário e a possibilidade de reajuste nos auxílios concedidos aos servidores (saúde, alimentação), para apresentação de propostas em nova reunião.